

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS COM ESTUDANTES SURDOS: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

Ricardo Janoario
Erica Esch Machado

Introdução

Você já parou para pensar em como se organizam escolas com estudantes surdos? Já imaginou as possibilidades e os desafios da gestão das unidades de ensino? Neste texto, vamos refletir um pouco sobre esse tema. Venha conosco!

A educação de surdos vem sendo objeto de calorosos debates. Nas últimas duas décadas, os [movimentos sociais](#) surdos têm exigido a construção de escolas próprias para surdos, as chamadas “escolas bilíngues”. Essa defesa parte de uma visão socioantropológica da educação que destaca as diferenças culturais e linguísticas desses sujeitos. Por outro lado, segundo a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), cabe às escolas “comuns” a tarefa da educação de estudantes surdos.

Não pretendemos aqui debater sobre qual seria o espaço mais adequado para a realização da educação de surdos. Entendemos que, independentemente do lugar de formação dos surdos, deve-se sempre garantir a eles uma educação que respeite e reconheça a sua [singularidade](#) linguística e sua especificidade humana, tal como nos ensina Lodi (2010, p. 25). Mas o fato é que, devido ao enfoque das políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos, a grande maioria dos educandos surdos está matriculada em unidades de ensino inclusivas e, desse modo, o projeto político-pedagógico dessas instituições precisa, certamente, ser repensado. Assim, este texto irá tratar das características da gestão de escolas inclusivas com estudantes surdos, a partir do [princípio](#)

SAIBA MAIS!

Para saber mais sobre a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, consulte o site:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192

Lá você achará na íntegra o documento que considera a educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes a estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

[constitucional](#) da gestão democrática.

Atualmente, há pouquíssimas pesquisas que se voltam ao estudo desse tema. Assim, para sistematizar alguns elementos importantes à administração dessas unidades de ensino, realizamos pesquisas, tanto no campo da educação de surdos, quanto no campo da gestão democrática. Em seguida, buscamos pontos de confluência e diálogo entre os conhecimentos relativos às duas áreas.

1 Gestão democrática: alguns apontamentos

São vários os autores que se dedicam a pesquisas sobre as escolas democráticas. Nas unidades passadas, estudamos pensamentos de alguns deles, como os de Vitor Paro e Dinair Leal da Hora. Vamos acrescentar aqui outras ideias, ok?

Fischman e MacLaren (2000, p. 49-50) associam a [democracia](#) nas escolas ao *aumento da justiça social, da igualdade e da qualidade de vida*. Para eles, “as pedagogias democráticas são singularmente dedicadas à criação de cidadãos críticos, capazes de analisar as contradições sociais que constituem a vida cotidiana dentro da [democracia](#) capitalista (...)” (*ibid, ibid*, grifos nossos). Mas quais seriam as características dessas pedagogias democráticas? Uma condição essencial para a edificação de contextos democráticos é a **universalização de seu acesso**, item da agenda educacional brasileira não concretizado, especialmente no que se refere ao acesso de estudantes surdos...

Sobre as características de uma gestão educacional democrática, **Cury** (2002, p. 173) indica: “transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência”. Nessa linha de pensamento, a escola precisa ter como fundamentos a **participação plena**, o diálogo, a autoridade compartilhada, de forma a romper com a tradicional gestão [centralizada](#), segundo a qual o poder fica concentrado nas mãos da figura do diretor.

A gestão democrática está em contraposição ao modo como

VOCÊ SABIA?

A **universalização do acesso à escola** constitui um ideário educacional brasileiro. Estávamos caminhando, ainda que a passos lentos, no processo de universalização da educação obrigatória (de 4 a 17 anos). Porém, a pandemia do Covid-19, iniciada em 2020, e a ausência de uma coordenação nacional das políticas educacionais e intersetoriais vêm impactando negativamente o direito à educação. No caso dos surdos e dos deficientes, essa situação é ainda mais grave. Procure saber mais sobre o assunto, mas sempre através de fontes confiáveis, ok?

SAIBA MAIS!



Carlos Roberto Jamil Cury: possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Nossa Senhora Medianeira (1971), mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979). Fez seu pós-doutorado, junto à Faculdade de Direito do Largo S.Francisco-USP. Tem experiência na área de Direito à Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de diretrizes e bases, política educacional, legislação educacional e educação de jovens e adultos.

Fonte:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>

gerentes atuam nas empresas, locais marcados, tradicionalmente, pelo autoritarismo, pela **tecnocracia** e pela [hierarquia](#). Para se ser democrática, a escola precisa, acima de tudo, levar em conta a natureza do processo de produção pedagógica, assim como vimos na Unidade 1 da nossa disciplina. Considerando essa especificidade, Apple e Beane (1997, p. 17) entendem que as escolas democráticas resultam da tentativa de se efetivarem acordos e oportunidades que vivifiquem a democracia.

Bem, agora que fizemos essa breve reflexão sobre a gestão democrática, precisamos compreender quais seriam as especificidades de uma escola inclusiva que contemplasse as diferentes demandas dos surdos. Sigamos, então, para o próximo tópico.

2 Escola com estudantes surdos: outros apontamentos

Lodi (2010) discorda da ideia de que haja um modelo mais adequado de escola para surdos. Porém, a pesquisadora entende que alguns princípios deveriam se fazer presentes em qualquer processo educacional de estudantes surdos; são eles:

- desenvolvimento da linguagem por meio do reconhecimento da necessidade de a criança surda, desde a tenra idade, ter contato com a Libras (a sua língua de conforto) através de interações com usuários dessa língua;
- presença de “interlocutores surdos, membros de referência da comunidade surda”;
- “convivência com pares no interior da sala de aula”;
- “relação entre desenvolvimento da linguagem e ensino-aprendizagem da língua portuguesa”;
- “currículos e práticas de ensino que contemplem a diversidade sociocultural”;
- “presença do intérprete de Libras” (*ibid*, p. 26-27).

Agora, considerando os apontamentos feitos nos tópicos 1 e 2, vamos pensar nos elementos importantes para uma gestão

GLOSSÁRIO

Tecnocracia: sistema de organização política e social baseado no predomínio de uma camada social constituída por técnicos e burocratas de formação cinetífica.

RECORDANDO!

Na Unidade 2 da Disciplina *Gestão Educacional I*, a pesquisadora Dinair Leal da Hora (2021) nos ensina que a **participação plena** ocorre quando todos os atores da escola têm igual poder para contribuir nos processos decisórios.

democrática de escolas inclusivas com estudantes surdos? Ops! Antes disso, cabe um esclarecimento: não pretendemos apresentar uma receita de como organizar essas escolas! Não, não! As escolas são instituições complexas e possuem especificidades, de forma que não há nenhuma igual a outra. Porém, entendemos que os itens que serão indicados podem nos ajudar a refletir sobre espaços de ensino nos quais as relações pedagógicas e sociais são construídas democraticamente e com respeito à [singularidade](#) dos surdos. Ah, outro alerta: os itens estão articulados entre si; a opção por apresentá-los separadamente é apenas para ficar mais didática a abordagem, ok? Então, vamos aos elementos?

3 Gestão democrática de escolas inclusivas com estudantes surdos: características

1) Projeto político-pedagógico (PPP) que considere a [singularidade](#) dos sujeitos surdos, sublinhando a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda. Esse é um item fundamental, mas é preciso alertar: uma proposta bilíngue não se reduz (ou não deveria se reduzir) à circulação de duas línguas (Libras e LP). Uma proposta bilíngue está relacionada com uma perspectiva mais ampla que considera as identidades surdas e, nesse sentido, perpassa pelas diversas dimensões pedagógicas: planejamento, currículo, [metodologia de ensino](#), avaliação, relação professor/estudante etc. Assim, não se trata apenas de adaptações didáticas e da presença de intérpretes. O processo de ensino/aprendizagem precisa ser pensado de acordo com as particularidades dos estudantes surdos. Além disso, uma instituição de ensino democrática deve ser pautada na elaboração e a execução do PPP com a participação de todos os sujeitos da escola (surdos e ouvintes).

2) Relações interpessoais construídas em Libras.

3) Representatividade dos surdos (estudantes, profissionais e família) nas diversas instâncias decisórias (**conselho escolar** e associação de

RECORDANDO!

Na Unidade 2, estamos que ao refletir sobre o seu PPP, a comunidade escolar debate sobre questões diversas, tais como: qual a sua função social da escola? Quais as abordagens pedagógicas serão adotadas? A que distância está a instituição diante do que se busca construir? Quais as estratégias a serem adotadas? Como serão os processos avaliativos?

O debate sobre essas questões precisa levar em consideração o público que a unidade de ensino atende. No caso de escolas com estudantes surdos, a discussão sobre esses itens precisa, é claro, respeitar e valorizar as especificidades desses educandos.

pais) e em cargos de gestão.

4) Participação da família dos estudantes surdos.

5) Currículo que contemple a diversidade sociocultural. O currículo precisa ser construído democraticamente, o que significa que deve considerar a participação de todos e a [singularidade](#) linguística/sociocultural dos surdos. Outro elemento que deve ser considerado no currículo é a formação crítica do cidadão surdo, que contemplará, entre outras questões, o conhecimento da educação de surdos, dos **movimentos surdos** e a conscientização política acerca dos seus direitos.

6) Estratégias de ensino/avaliação que valorizem a semântica da Libras e que reconheçam a [singularidade](#) linguística manifestada no aspecto formal da língua portuguesa escrita dos surdos.

7) Formação continuada no espaço escolar que promova a reflexão prática/teoria/prática. A escola precisa ser vista como lugar de produção de novos saberes que têm como objetivo principal promover uma educação que seja *dos* surdos e não apenas *para* os surdos.

8) Profissionais proficientes em Libras e cientes da [singularidade](#) linguística dos surdos.

9) Presença e participação de tradutor/intérprete educacional. Sabe-se que a presença de professores bilíngues na educação de surdos é muito importante em todos os níveis, sendo essencial na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF). Porém, a partir dos anos finais do EF, quando geralmente as turmas das escolas inclusivas são mistas (surdos e ouvintes), a atuação dos intérpretes se torna fundamental! Há outras áreas em que o trabalho desse profissional se faz relevante, como na tradução e interpretação de materiais didáticos e na mediação das relações entre os alunos e

RECORDANDO!

Na Unidade 2, Dinair Leal da Hora nos ensinou:

“O **Conselho Escolar** é o principal órgão participativo da gestão escolar. Deverá ser composto por um ou mais representantes de cada segmento da comunidade escolar, eleitos pela própria comunidade. É uma ferramenta de participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola, sendo fundamental sua atuação para promover a transparência. No Conselho Escolar são debatidos diferentes temas, tais como gestão dos recursos financeiros que chegam à unidade escolar e projetos e programas pedagógicos”.

GLOSSÁRIO

Movimentos surdos: organizações coletivas que viabilizam distintas formas de ações políticas para expressar demandas dos sujeitos surdos de ordem educacional, cultural, social ou econômica.

profissionais. Além disso, entendemos que além da sua atuação nos processos de interpretação e tradução, a participação do tradutor/intérprete educacional no planejamento pedagógico/administrativo é fundamental.

10) O uso e a difusão de Libras na comunidade “externa”. Uma escola democrática se abre ao contexto em que está situada, ensina e aprende com ela.

Para não finalizar...

Diante do debate que realizamos, é possível entender melhor os grandes desafios da gestão de escolas inclusivas democráticas! Mas os desafios também significam possibilidades, não é mesmo? Possibilidades de criar, de fazer nascer novas práticas, de aprender diante dos obstáculos... Para que a reflexão não acabe aqui, continue pesquisando e dialogando com seus colegas de curso e com os/as mediadores/as do seu polo sobre práticas de gestão comprometidas com a garantia do direito do surdo a uma educação democrática e de qualidade. Um ótimo estudo para você!

Referências:

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)*. MEC. SECADI. 2007. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 20 dez. 2008.

APPLE, Michael; BEANE, James (orgs); revisão técnica: GARCIA, Regina L. *Escolas Democráticas*. São Paulo: Cortez, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. v. 18, n. 2, p. 153-164, jul/dez, 2002.

FISCHMAN, Gustavo E.; MCLAREN, Peter. Ensino e Democracia. In: PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Porto Alegre. *A paixão de aprender*. Brasil 500 anos. Porto Alegre, v.12, p. 49-77, abr, 2000.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Uma escola duas línguas: princípios para educação de alunos surdos. *Fórum, Instituto Nacional de Educação de Surdos*, v. 21, p. 25-30, jan/jun, 2010.

PARO, Vitor Henrique. *Administração Escolar*. Introdução Crítica. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986.